

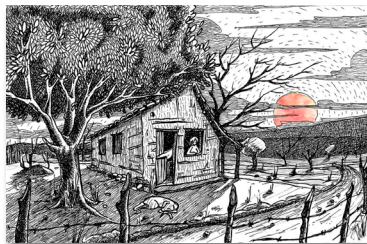
As inflexões na política de defesa no governo Lula (2003-2010)

PATRICIA CAPELINI BORELLI

ADRIANO DE FREIXO

RESUMO: Neste trabalho procura-se discutir os fatores que levaram à implementação de uma política de defesa nacional mais assertiva durante o governo Lula (2003-2010). Analisam-se três possíveis justificativas: o maior protagonismo internacional do Brasil no período, o esforço para a reorganização institucional da defesa a partir da crise da aviação civil (2007) e a implementação de políticas de revitalização da indústria de defesa, como parte da estratégia de desenvolvimento econômico nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira. Política de Defesa Nacional. Governo Lula. Forças Armadas.



Defense policy shifts in Lula da Silva administration (2003-2010)

PATRICIA CAPELINI BORELLI

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”. Pesquisadora no Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e professora no curso de graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Campinas (FACAMP – SP).
E-mail: borelli.pc@gmail.com.

ADRIANO DE FREIXO

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e em Estudos Estratégicos (PPGEE); coordenador-geral do Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira (LEPEB) da UFF.
E-mail: adrianofreixo@id.uff.br.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the factors that led to the implementation of a more assertive national defense policy during the Lula da Silva administration (2003-2010). Three possible justifications are analyzed: Brazil's greater international role in the time period, the effort towards institutional reorganization of defense through the civil aviation crisis (2007), and the implementation of policies seeking to revitalize the defense industry as part of a national economic development strategy.

KEYWORDS: Brazilian Foreign Policy. National Defense Policy. Lula da Silva Administration. Armed Forces.

RECEBIDO: 08/05/2020

APROVADO: 27/03/2021

1 Introdução

A defesa nacional poucas vezes esteve entre os temas prioritários da agenda política brasileira. Via de regra, isto é atribuído à percepção corrente de que o Brasil seria relativamente livre de ameaças externas declaradas, bem como à visão fortemente enraizada sobre a “opção histórica” do país pela resolução pacífica de conflitos e tensões internacionais, opção esta que se constituiria, inclusive, em um dos pilares da “tradição diplomática” brasileira. Assim, o maior envolvimento das Forças Armadas em questões internas costuma ser associado à sua atuação reduzida no campo da política internacional. Essa participação direta e indireta de militares na atividade política nacional também contribuiu para o baixo interesse dos civis em questões relacionadas à defesa nacional, restringindo os debates sobre esse campo, quase que exclusivamente, à caserna (ALSINA JÚNIOR, 2009; OLIVEIRA, 2005; SOARES, 2006).

A partir do fim do regime ditatorial, alguns esforços foram feitos para repensar o campo da defesa nacional, considerando a adoção de um modelo de relação civil-militar mais funcional à democracia.¹ O principal marco nesse sentido foi a criação de um ministério civil da defesa, em 1999. No entanto, a sociedade como um todo foi pouco envolvida nas discussões sobre quais seriam as prioridades do Brasil para essa área – o que inclui, por exemplo, as definições de ameaças externas e a necessidade de modernização do equipamento militar –, bem como sobre os projetos estratégicos mais adequados para atender a esses propósitos.

Sob a influência da conjuntura política internacional pós-2001, iniciativas nessas áreas ganharam maior espaço na agenda política nacional, notadamente a partir de 2003, como, por exemplo, a realização de um ciclo de debates para renovação do pensamento

1 A literatura sobre a relação civil-militar sugere que a consolidação de governos democráticos exige que as Forças Armadas sejam efetivamente subordinadas ao comando civil, no sentido de que os militares dependem da direção política e dos recursos dela provenientes para exercer as suas funções. Assim, em governos democráticos, os militares devem ser compreendidos como funcionários que exercem um serviço público não cabendo às suas atividades as decisões acerca dos objetivos políticos (MORAES; COSTA; OLIVEIRA, 1987).

brasileiro sobre defesa e segurança internacional. Outras medidas mais incisivas foram adotadas, especialmente após 2007, como a publicação de documentos como a “Estratégia Nacional de Defesa” (END), em 2008, e o “Livro Branco de Defesa Nacional”, em 2012. O próprio Ministério da Defesa (MD) passou por mudanças em sua organização nesse período. Além disso, foram retomados os investimentos para a revitalização da indústria nacional de defesa, visando à viabilização de projetos estratégicos das Forças Armadas, como o submarino nuclear da Marinha e a renovação dos caças da Força Aérea.

Uma vez que o país não sofreu ameaças externas, nem se envolveu em nenhum tipo de conflito interestatal, questiona-se o porquê dessas mudanças na condução da política de defesa nacional a partir de meados dos anos 2000. Nosso objetivo, nesse artigo, é analisar possíveis justificativas para responder essa questão. Para tanto, dividimos o artigo em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Primeiro, apresentaremos um breve panorama da política de defesa no Brasil entre 1988 e 2010, a fim de esclarecer o que entendemos como as inflexões ocorridas durante o governo Lula da Silva. Iremos compreender, assim, o período que vai da promulgação da atual Constituição Federal, que marca em termos formais o fim do regime militar, ao final do segundo mandato presidencial de Lula. Em seguida, analisaremos três justificativas possíveis para as inflexões na política de defesa nesse período.

Partindo da literatura mais tradicional do campo das Relações Internacionais, em um primeiro momento, associaremos tais mudanças à adoção de uma conduta diplomática mais assertiva no campo da política externa, o que exigiria um aparato militar fortificado para garantir o novo papel que o Brasil se propunha a desempenhar nas relações internacionais. Ainda que seja um fator explicativo importante, a política externa por si só não é o suficiente para responder à nossa pergunta. Sendo assim, levantamos outras duas justificativas: a proposta de revitalização da indústria nacional de defesa – associada ao maior interesse do empresariado brasileiro pelo setor – e o fortalecimento político do MD a partir da crise da aviação civil, em 2007. Entendemos que as justificativas

analisadas não são excludentes entre si, mas acabam trazendo elementos importantes e complementares, que nos ajudam a compreender a formulação da política de defesa nacional a partir da articulação entre diferentes interesses e grupos políticos.

2 Panorama da política de defesa no Brasil após 1988

Os fatores que explicam a baixa prioridade política da defesa nacional tendem a formar um círculo vicioso que combina: a relativa ausência de ameaças declaradas no entorno regional brasileiro; a sobreposição do aspecto diplomático sobre o militar na política externa brasileira; uma agenda de política externa voltada para questões econômicas e comerciais, em detrimento das questões políticas e estratégicas; a baixa legitimidade ou justificativa para investir no aparelhamento e modernização das Forças Armadas; e a pré-avaliação de que as Forças Armadas brasileiras são frágeis ou debilitadas (ALSINA JÚNIOR, 2009, OLIVEIRA, 2005; SOARES, 2006).

Como parte e resultado desse processo, em detrimento da preparação para a guerra convencional, historicamente, as Forças Armadas brasileiras se voltaram para o âmbito doméstico, sobretudo ao próprio fortalecimento da instituição e à manutenção da ordem interna. A baixa prioridade da defesa nacional no país é também explicada pelos recorrentes episódios de envolvimento de militares – direta ou indiretamente – no exercício do poder político, o que colaborou para a construção de uma relação civil-militar pautada pela desconfiança e pelo distanciamento entre as partes. Com isso, os assuntos que envolvem a instituição militar, como é o caso da defesa, ficaram reservados majoritariamente à direção das próprias Forças Armadas, criando o que Soares (2006) chamou de “esferas de autonomia”.

Pela perspectiva da sociedade civil, observamos que – no geral – grande parcela da população (incluindo representantes políticos) pouco compreende ou se interessa por questões concernentes à defesa ou à política externa de modo geral. Além de contribuir para o maior insulamento da instituição militar, o restrito debate sobre o tema no meio civil acaba por limitar a própria condução política da defesa nacional, considerando ainda que prevalece

no meio político a ideia de que “defesa não dá votos”, por ser uma área de baixo retorno no que diz respeito à disputa eleitoral (ALSINA JÚNIOR, 2009; OLIVEIRA, 2005).

Apesar dessa conjuntura mais geral, o período pós-1988 contou com importantes iniciativas no campo da defesa, sendo a maior parte voltada para a adaptação da relação civil-militar aos governos democráticos. Durante os anos 1990, três medidas chamam atenção: a criação da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no âmbito do Conselho de Governo; a formulação do documento “Política de Defesa Nacional”, em 1996, visando a estabelecer as diretrizes da Defesa Nacional e as atribuições das Forças Armadas;² além da criação do MD, em 1999, cujo projeto original consistia em unificar o comando das três forças singulares sob uma liderança civil (BRASIL, 1996; OLIVEIRA, 2005; SOARES, 2006).

A partir dos anos 2000, notamos não só um maior número de iniciativas na área, mas também medidas mais contundentes, sobretudo para a atualização do pensamento e do posicionamento do Brasil em defesa e segurança internacional, o que constitui – no nosso entendimento – inflexões importantes na política de defesa. As medidas mais incisivas têm início em 2003, durante o primeiro mandato do governo Lula, quando um diplomata, José Viegas Filho, foi indicado para assumir a pasta da defesa. A indicação por si só já representou um ponto de inflexão, considerando a baixa articulação entre defesa e diplomacia no Brasil, ainda que ambas sejam faces do que compreendemos por política externa.³

No mesmo ano, a promoção de um ciclo de debates entre diplomatas, acadêmicos, representantes do governo, militares e jornalistas sobre o “pensamento brasileiro sobre defesa e segurança” foi igualmente marcante, dado o objetivo de embasar as futuras políticas nesse setor (PINTO; ROCHA; SILVA, 2004). Em 2004, a decisão brasileira de enviar tropas para a Missão das Nações

2 O documento representou um marco importante, mas ainda incipiente. Por exemplo, para Soares (2006, p.103), o documento é marcado pela “criação de consensos artificiais”, visando à “manutenção de visões não antagônicas, mas não necessariamente coincidentes, entre diplomatas e militares”.

3 É nesse sentido, por exemplo, que a diplomacia e a defesa costumam ser entendidas como trajetórias “paralelas” (ALSINA JÚNIOR, 2009; SAINT-PIERRE, 2007).

Unidas para a Estabilização no Haiti representou outra mudança: foi o maior contingente enviado pelo país ao exterior desde a Segunda Guerra Mundial, além de ser a primeira vez que um militar brasileiro assumiu a função de comando da força de paz a convite da própria Organização das Nações Unidas.

A pasta da defesa, sob a gestão Viegas, passou a discutir ainda a modernização e reequipamento das Forças Armadas; a revitalização da indústria nacional de defesa; a promoção da integração e cooperação entre os países sul-americanos em matéria de defesa; e o direcionamento do foco das Forças Armadas para a função de defesa da soberania e da integridade territorial, afirmando a posição crítica do diplomata em relação ao emprego dos militares em questões de segurança pública (LIMA, 2015).

Outras iniciativas se desdobraram a partir das propostas levantadas por essa gestão, como a publicação da “Política Nacional de Defesa” (PND); a criação do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa); a publicação da “Política Nacional da Indústria de Defesa”; a criação do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz); e a aproximação com o governo da França para promover uma parceria estratégica para a retomada do projeto de construção do submarino de propulsão nuclear (BRASIL, 2019a; 2019b; 2005a).

Apesar das iniciativas, a gestão Viegas foi também marcada por uma série de atritos com os militares, o que levou – inclusive – à queda do ministro, refletindo a fragilidade da relação civil-militar no país sob um governo democrático.⁴ Os atritos refletiram nas gestões seguintes, dos ministros José Alencar (2004 - 2006), também vice-presidente da República, e Waldir Pires (2006 - 2007), que apresentaram uma agenda menos ambiciosa para a defesa e foram marcadas pela intensificação do desgaste na relação entre os representantes políticos e os militares, especialmente com a crise na aviação civil, que levou à queda de ambos.

4 Por diversas vezes, o ministro Viegas e parte dos militares se estranharam por questões relacionadas ao resgate das memórias do período da ditadura civil-militar. O estopim para a queda de Viegas se deu após a publicação de uma nota emitida pelo Exército Brasileiro acerca da morte do jornalista Vladimir Herzog, emitida sem consulta ou conhecimento prévio do ministro. A resposta do presidente Lula para a situação foi substituir o ministro, mas não o comandante do Exército (MARTINS FILHO, 2010).

A gestão seguinte, encabeçada pelo ministro Nelson Jobim, marca o que consideramos como os principais pontos de inflexão e pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, entre 2007 e 2008, voltado para resolver a crise da aviação civil e os seus desdobramentos; o segundo, de 2008 a 2010, que colocou em prática uma ambiciosa agenda de reformas para a pasta da defesa e resultou em um fortalecimento político do MD.

O passo mais importante, nesse sentido, foi a publicação END, em 2008,⁵ que buscava inserir a defesa como pauta na agenda política do país e formular um planejamento de longo prazo para o setor. O objetivo principal era a modernização da estrutura nacional da defesa a partir de três eixos centrais: a reorganização das Forças Armadas; a reestruturação da indústria brasileira de material de Defesa; e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas, garantindo a continuidade do serviço militar obrigatório. O embasamento legal para as mudanças foi reforçado pela chamada “Lei da Nova Defesa”, de 2010, que buscou – inclusive – reforçar a estrutura de comando civil dentro da instituição (BRASIL, 2012; 2010).

Os projetos estratégicos das Forças Armadas também ganharam maior visibilidade e respaldo político nesse processo, sobretudo o programa para a compra de caças da Força Aérea e o programa da Marinha para desenvolver o submarino à propulsão nuclear. A revitalização desses projetos, além de corresponder a uma antiga demanda dos militares pela modernização e atualização dos meios das Forças Armadas, foi justificada pelas possibilidades de retornos econômicos – como geração de emprego e incentivos a outros setores da economia –, e pela necessidade de proteger o país, que ganhava cada vez mais espaço no plano internacional.

A atuação de militares brasileiros em missões de paz também incentivou a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, que substituiu o CIOpPaz (restrito ao Exército Brasileiro). O

5 Apesar de o documento ser apresentado como uma iniciativa inédita, algumas de suas propostas se aproximam com o que é apresentado pela PND de 2005 (BRASIL, 2012). É válido notar que nas primeiras versões da END (de 2008 e 2012), a Política de Defesa Nacional de 1996 e a PND não são sequer citadas ou referenciadas, o que reflete o baixo grau de continuidade das políticas para essa área.

objetivo era, a partir da experiência brasileira no Haiti, aprimorar a atuação dos militares (brasileiros e de nações amigas) em missões de paz e incentivar a maior cooperação entre as três forças, assim como oferecer treinamentos para civis envolvidos nessas missões. O esforço para a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no âmbito da Unasul foi outro ponto de destaque dessa gestão (BRASIL, 2019b; JOBIM, 2013; ABDUL-HAK, 2013).

Os exemplos citados nos permitem sustentar a ideia de que, frente aos períodos anteriores, a defesa nacional passou a ocupar um espaço significativo na agenda política do país a partir de meados dos anos 2000. Observamos não apenas o maior número de projetos e medidas na área, mas iniciativas com maior grau de complexidade, o que resume as mudanças que consideramos aqui como inflexões da política de defesa nacional. É a partir desse panorama que nos debruçamos sobre o objetivo central deste artigo: analisar possíveis justificativas que nos ajudem a compreender algumas das motivações por trás das inflexões na política de defesa nacional durante o governo Lula.

3 Justificativas para entender as inflexões na política de defesa

3.1 O maior protagonismo internacional do Brasil

A política externa pautada pela atuação diplomática ocupou uma posição de destaque nos programas de governo do Partido dos Trabalhadores desde a primeira candidatura de Lula à presidência, em 1989. As propostas para essa área iam desde a promoção da integração com países da América do Sul até a antiga demanda por uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que o Brasil poderia desempenhar o papel de representante regional. Desse modo, a política externa do governo Lula é marcada pela diversificação dos parceiros econômicos e políticos, bem como pela maior inserção do Brasil em assuntos que, tradicionalmente, não faziam da agenda diplomática do país, por exemplo, a proposta de servir como mediador para as negociações entre Estados Unidos (EUA) e Irã (GONÇALVES, 2011; FORTES, 2011).

A ideia de que o Brasil estava assumindo uma posição mais assertiva em suas relações exteriores foi constantemente utilizada – em discursos e documentos oficiais – como justificativa para iniciativas na área da defesa. A própria carta de apresentação da END traz essa visão, quando afirma que “[o] Brasil desfruta, a partir de sua estabilidade política e econômica, uma posição de destaque no contexto internacional, o que exige uma nova postura no campo da Defesa [...]” (BRASIL, 2012, p. 05).

Essa interpretação retoma os estudos clássicos das Relações Internacionais, que consideram a capacidade militar como um importante fator na relação entre os Estados, ao lado da diplomacia. É nesse sentido que diplomacia e defesa constituem as duas faces da política externa. Como serviços públicos exercidos no exterior, é esperado e desejável que defesa e diplomacia estejam intimamente articuladas, a fim de garantir os objetivos políticos do país no cenário internacional. A ampliação do poder militar não significa necessariamente o envolvimento do país em conflitos armados, mas a busca por maior capacidade de barganha e autonomia nas relações com outros Estados (SAINT-PIERRE, 2010; ALSINA JÚNIOR, 2009).

Historicamente, no Brasil, a articulação entre defesa e diplomacia é marcada por um descompasso. Entretanto, a atuação mais proeminente do país em assuntos internacionais a partir de 2003 nos permitiu levantar a hipótese de que isso justificaria o maior interesse político no campo da defesa, especialmente considerando a maior abertura do país para lidar com questões internacionais de cunho estratégico. A diplomacia, orientada por representantes da linha mais autonomista do Ministério das Relações Exteriores (MRE), abriu espaço para que as mudanças ocorridas no âmbito da defesa fossem justificadas em consonância com a nova posição que o Brasil estava alcançando no cenário internacional. Nesse sentido, parte da retórica utilizada para o exercício diplomático coincidiu com os interesses das Forças Armadas, como por exemplo, os discursos relacionados à proteção da soberania e promoção da autonomia do país (LIMA, 2010).

Alguns exemplos nos auxiliam a sustentar esse argumento. O aspecto universalista da política externa do período pareceu se

refletir na atuação internacional do MD, uma vez que acordos de cooperação em matéria de defesa e segurança foram firmados com parceiros considerados “não tradicionais”, sobretudo países africanos (LIMA, 2015). A própria experiência brasileira no Haiti colaborou nesse sentido, por incentivar a aproximação entre o MRE e o MD, forçando o estabelecimento de entendimentos comuns entre os ministérios acerca de como deveria funcionar a atuação do Brasil. O tom da política externa também ajudou a corroborar demandas antigas por parte dos militares, sobre o reequipamento e projetos estratégicos, como reforçado pela própria END (BRASIL, 2012).

A afirmação de Soares (2011, p. 79) é precisa: o que observamos nos anos do governo Lula foi “[...] uma atitude mais colaborativa das duas burocracias, o Itamaraty e as Forças Armadas ou, ao menos, uma posição de redução de resistências à direção política”. Podemos considerar o fortalecimento político do MD, a partir de 2007, como fator importante para compreender essa questão, lembrando que a baixa prioridade da defesa é apontada como um dos entraves para a articulação entre as duas esferas (ALSINA JÚNIOR, 2009; LIMA, 2010).

É difícil afirmarmos, porém, que a maior colaboração levou à uma articulação efetivamente consistente entre as duas esferas, como concluem os trabalhos de Lima (2015) e Okado (2012). Um exemplo disso é o fato de que o MRE poucas vezes esteve diretamente envolvido no esforço de reestruturação da defesa, assim como na atuação internacional do MD. Essa atuação parece ter sido pautada mais por uma iniciativa própria da instituição, respaldada politicamente pelo governo, do que por uma articulação de fato entre o MD e o MRE. O processo de formulação do CDS é outro exemplo que reflete isso, uma vez que partiu fundamentalmente do esforço do MD, sob a gestão de Jobim – resultando, inclusive, em atritos com o Itamaraty (JOBIM, 2013).

Mesmo em relação à missão no Haiti, é possível dizermos que houve um esforço por maior diálogo, mas não uma articulação concreta entre as burocracias. Ainda que tenha havido mudanças importantes na relação entre defesa e diplomacia, ao avaliar a participação brasileira em outras missões após 2004, Lima (2015, p. 161) observou que “o Brasil ainda carece de maior clareza sobre

como as operações de paz inserem-se em sua política externa". A ausência de documentos norteadores da diplomacia brasileira, nos moldes de um Livro Branco, pode ser considerada como um fator agravante dessa questão, o que reforça ainda o argumento de que, no Brasil, essas esferas são marcadas de um elevado grau de autonomia, constituindo-se como políticas "paralelas" (ALSINA JÚNIOR, 2009; SAINT-PIERRE, 2007).

A frágil articulação entre o MD e o MRE transparece nos documentos referentes à defesa publicados no período. De acordo com Okado (2012, p. 90 - 91), os documentos de defesa forçam "uma espécie de articulação automática", já que as duas esferas são aproximadas por seguirem os princípios constitucionais brasileiros em matéria de relações internacionais. No entanto, a própria END não traz à tona, abertamente, a necessidade de articular a defesa com a diplomacia, assim como não define especificamente quais os países inseridos no chamado entorno estratégico brasileiro. Além disso, ainda que o documento evidencie maior preocupação com o Atlântico Sul, o documento não traz orientações que guiem a relação do Brasil com os países africanos, foco importante de atuação do MRE nesse mesmo período.

Mesmo que a END trate do contexto internacional, buscando estabelecer um direcionamento para operações de paz e orientações para a estabilidade regional, podemos dizer que esse foi um documento voltado fundamentalmente para o âmbito interno, com foco no preparo e modernização das Forças Armadas (OKADO, 2012). Desse modo, sem esclarecer a posição ou as ambições concretas do Brasil no cenário internacional, parece-nos que os esforços e os eventos vislumbrados pelo documento se tornam insuficientemente justificados.

Somados esses fatores, corroboramos a visão de Lima (2015) e de Okado (2012), respectivamente, de que a aproximação entre defesa e diplomacia no governo Lula correspondeu a uma "grande estratégia inconclusa" ou um "equilíbrio subótimo". Nesse sentido, consideramos parcialmente satisfatória a justificativa de que o maior interesse no campo da defesa foi incentivado a partir da orientação mais afirmativa da política externa durante o governo Lula. Com isso, outras justificativas precisaram ser levantadas para tentar responder à nossa questão, como analisamos a seguir.

3.2 A proposta de revitalização da indústria nacional de defesa

Quando analisamos as iniciativas no campo da defesa entre 2003 e 2010, chama atenção o fato de que grande parte dessas políticas é justificada a partir das consequências que os investimentos nos projetos militares poderiam ter para o desenvolvimento econômico do país. O argumento é pautado pela ideia de que, frente às incertezas do sistema internacional, os Estados deveriam se manter devidamente preparados para o exercício da guerra, a partir da constante atualização dos equipamentos militares e de incentivos contínuos para investimentos na área de inovação, pesquisa, ciência e tecnologia. Assim, por se tratar de um assunto estratégico para os Estados, deveria ser estimulada a produção dos equipamentos pela indústria nacional, como uma maneira de garantir autonomia ou menor vulnerabilidade, no contexto internacional (D'ARAUJO, 2010).

A conexão entre a garantia da segurança internacional, a inovação constante e o desenvolvimento econômico tendem a convergir em um ponto específico: a manutenção de uma indústria de defesa nacional forte. O Estado seria um ator-chave nesse setor, uma vez que, oficialmente, é o único consumidor desse tipo de material. Os investimentos do Estado também são vislumbrados pela possibilidade de geração de emprego e renda e de incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico que, por sua vez, poderiam ser reaproveitados para o setor civil. Apesar das críticas e falhas apontadas para esse tipo de argumento, essa retórica foi amplamente utilizada nos documentos oficiais publicados no período que analisamos (PERON, 2011; WINAND; SAINT-PIERRE, 2010).

O discurso pauta parte da proposta estabelecida pela PND, em 2005, e serve como base para a “Política Nacional da Indústria de Defesa”, publicada nesse mesmo ano (BRASIL, 2005b). O passo decisivo, entretanto, ocorre a partir da publicação da END, que entende a estratégia de defesa nacional como inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento. Essa articulação é ainda justificada como indispensável caso o país queira “ocupar o lugar que lhe cabe no mundo” (BRASIL, 2012, p. 08), o que corroboraria a condução assertiva da política externa como um dos fatores de influência das mudanças na política da defesa.

Dessa forma, esses documentos sustentam o fomento à indústria nacional de defesa como um elemento essencial para a defesa nacional, mas também como um vetor de inovação tecnológica, com a possibilidade de uso dual das tecnologias aplicadas aos equipamentos de defesa. Esse é um dos principais pontos reforçados pela END, que estabelece a reorganização da indústria de materiais de defesa como um dos eixos norteadores na proposta de reestruturação da defesa nacional, pensando – a partir disso – a possibilidade do desenvolvimento tecnológico independente (BRASIL, 2012). O interesse em fomentar a indústria nacional de defesa constava também na “Política de Desenvolvimento Produtivo”, lançada poucos meses antes da END.⁶

Dentre as ações para implementar tais propostas, destacamos a criação de um “regime legal, regulatório e tributário especial” (BRASIL, 2012, p. 35) para a indústria nacional de defesa. Ainda que com contrapartidas, o regime visava resguardar as empresas privadas tanto das pressões do mercado, como do risco de cortes orçamentários. Junto com outros incentivos, tais propostas atraíram a atenção e o interesse do empresariado brasileiro. As mudanças na indústria de defesa foram expressivas, sobretudo quando observamos a entrada de grandes grupos empresariais nacionais nesse setor, como as empreiteiras Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez, que criaram uma divisão especializada em defesa, assim como a Embraer, com a criação da Embraer Defesa e Segurança em 2010. Em 2007, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) instituiu o Comdefesa, um departamento dedicado exclusivamente para a indústria de defesa (ZIBECHI, 2012).

A argumentação com base no binômio defesa-desenvolvimento permitiu a criação de uma cultura comum em prol da revitalização dessa indústria, que agregou os interesses de grupos distintos da sociedade brasileira. A modernização dos equipamentos de

6 À parte do MD, o documento foi publicado para orientar a política industrial e tecnológica a partir de 2008 e trazia o complexo industrial de defesa como uma das áreas estratégicas dos programas mobilizadores do desenvolvimento (DIEESE, 2008).

defesa e a concretização de projetos estratégicos já eram demandas antigas dos militares, sendo assim possível de ser considerada no momento de melhor desempenho econômico do país, em meados dos anos 2000. Essa demanda, porém, dificilmente seria atendida se não houvesse respaldo político, o que foi facilitado pelo pensamento de caráter autonomista presente no Partido dos Trabalhadores, direcionando a política externa para uma via mais assertiva, como apontamos anteriormente. Vale lembrarmos que o papel a ser desempenhado pelo Brasil no mundo foi constantemente utilizado como argumento – tanto pelos dirigentes políticos, como por militares, diplomatas e parte do empresariado nacional – para justificar investimentos e iniciativas nesse setor.

Assim, é possível dizermos que os incentivos políticos e fiscais atraíram o interesse do empresariado nacional em participar mais ativamente na área da defesa, em especial após a publicação da END. Essa lógica, convém lembrarmos, não se aplicou exclusivamente à indústria de defesa. Pelo contrário, foi parte da dinâmica escolhida pelo governo Lula em que o Estado serviria como facilitador logístico para grandes empreendimentos, públicos ou privados, visando principalmente à competitividade em nível internacional (CERVO, 2003). Especificamente no campo da defesa, a ideia era reforçar o papel do Estado como viabilizador da reorganização da indústria, via proteção e incentivo econômico à produção, partindo da expectativa de que seria estimulada internamente uma dinâmica de inovação e desenvolvimento tecnológico que pudesse ser “transbordada” ou “reaproveitada” por outros setores da economia (PERON, 2011; WINAND; SAINT-PIERRE, 2010).

A política externa desempenhou um papel chave nesse processo, uma vez que fez da diplomacia um instrumento importante na busca por novos mercados e parceiros internacionais (FREIXO; RISTOFF, 2012). Esse movimento é claro no caso da indústria de defesa, sobretudo quando observamos os esforços pela integração regional em assuntos de segurança e defesa e as oportunidades que surgiriam para a indústria brasileira. A interpretação de Marcelo Odebrecht é ilustrativa nesse caso. Em um artigo de sua autoria, publicado em um livro elaborado a partir de um seminário organizado pelo MD, o empresário afirmou:

O Brasil, líder regional incontestável da América do Sul, pode comandar a criação de um 'parque tecnológico' para a sua indústria de defesa e fazer nascer um '*cluster* regional', capaz de reunir os interesses dos nossos vizinhos. [...]. A construção desse *cluster* de defesa na América do Sul, ainda que com o necessário envolvimento do empresariado, deve ser liderado pelo Estado brasileiro, levando-se em consideração, obrigatoriamente, os interesses geopolíticos do país (ODEBRECHT, 2010, p. 376).

Com isso, ainda que a política externa continue como um elemento importante para explicar as mudanças no âmbito da defesa no período em questão, é igualmente necessário entendermos o maior apoio de parte da sociedade civil – em especial de setores do empresariado – às iniciativas do governo nesse setor.

3.3 A crise do setor aéreo e o fortalecimento político do Ministério da Defesa

Além do redirecionamento da política externa e do maior respaldo de diferentes grupos à política de defesa, as mudanças ocorridas em termos burocráticos no MD constituem também um fator importante para compreender as mencionadas inflexões no campo da defesa na primeira década do século. Como já assinalamos, foram vários os pontos de atrito entre os dirigentes políticos e os militares entre 2003 e 2010, que levaram, inclusive, à queda de três ministros em menos de quatro anos de governo. Os atritos derivaram, fundamentalmente, da dificuldade da classe política em lidar com questões envolvendo militares. Essas dificuldades não foram exclusivas do governo Lula, mas podemos dizer que atingiram um ponto decisivo entre 2006 e 2007, com a crise no setor da aviação civil.

Em linhas gerais, a crise foi desencadeada a partir de um acidente aéreo entre um avião comercial e um jato executivo no sul do Pará. A Força Aérea Brasileira (FAB) responsabilizou os controladores de voo pelo ocorrido, que reagiram com mobilizações que afetaram o tráfego aéreo nacional. Por meio de atrasos e cancelamentos de voos, além da ameaça de paralisação, os controladores

reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, com a redução da carga horária e a contratação de novos profissionais para lidar com o aumento do tráfego aéreo. Como essas demandas não foram atendidas, em março do ano seguinte, os controladores paralisaram o tráfego aéreo nacional por algumas horas, atingindo quarenta e nove aeroportos do país (MARTINS FILHO, 2010).

Uma vez que parte dos controladores de voo era militar, a greve foi considerada ilegal e interpretada como motim. A reação do comandante da FAB foi encaminhar a prisão dos envolvidos. Como o ministro da defesa e o presidente estavam fora da capital, a orientação oficial foi que o ministro do planejamento, Paulo Bernardo, assumisse o gerenciamento da crise naquele momento. O desconforto maior com os militares se deu quando Bernardo desautorizou a prisão dos grevistas, contradizendo o comandante da FAB. Além da dificuldade da greve em si, a crise se traduziu também no descompasso entre a classe política e os militares, ao ponto de oficiais alegarem, junto ao Supremo Tribunal Federal, que o próprio presidente não estava cumprindo suas funções de comandante-em-chefe das Forças Armadas (MARTINS FILHO, 2010).

Vale notarmos que, desde o início do governo, a possibilidade de desmilitarização do setor aéreo já se configurava como um aspecto sensível na relação entre a Força Aérea e o Executivo, principalmente após o anúncio da criação da Agência Nacional de Aviação Civil. Com o agravamento da situação, o presidente Lula passou a administrar a crise diretamente com o comandante da FAB e quatorze controladores de voo acabaram sendo afastados. A convocação de Bernardo para administrar a situação desautorizou o ministro Waldir Pires junto aos seus próprios subordinados, escancarando o despreparo dos representantes políticos para lidar com questões concernentes aos assuntos militares. A queda do ministro ocorreu pouco tempo depois, quando o acidente com o Airbus da empresa TAM, na cidade de São Paulo, acirrou a situação já fragilizada. Em questão de dias, o presidente Lula anunciou a troca de comando na pasta (MARTINS FILHO, 2010).

A escolha do ministro Jobim para assumir o MD também pode ser considerada como outro ponto de inflexão do governo em relação à política de defesa. Isso porque o perfil de Jobim, marcado por uma

postura firme e pragmática no campo político, destoava dos perfis dos demais ministros que haviam estado à frente do MD anteriormente. Assim, sob alguns aspectos, podemos interpretar a nomeação de Jobim como um ganho político para a pasta, representando um olhar renovado do governo sobre o campo da defesa nacional. Ainda que, de imediato, a agenda do ministro estivesse voltada para resolver a crise militar, as discussões sobre a reorganização da estrutura da defesa e a modernização dos equipamentos militares entraram também na agenda para o período seguinte (SILVA, 2007).

É possível dizermos que Jobim soube articular os interesses dos dirigentes políticos com os dos militares, o que possibilitou atenuar as animosidades que acirraram a crise de 2007. Essa mesma articulação foi o que, posteriormente, possibilitou o início de uma agenda de reformas para o campo da defesa, a partir do MD. A gestão Jobim, entretanto, não foi livre de atritos, tanto em relação aos militares, quanto em relação à sociedade civil. Exemplos disso foram a posição favorável do ministro em relação ao emprego das Forças Armadas na segurança pública ou o fato de, na condição de ministro civil, ter usado farda em algumas ocasiões (MARTINS FILHO, 2010; LIMA, 2015).

Junto a Roberto Mangabeira Unger, então ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Jobim foi responsável pela elaboração da END, que exprime toda a intenção de reorganização da área da defesa nacional no período pós-2008. O documento impulsionou outras iniciativas importantes para o setor, como a promulgação da “Lei da Nova Defesa” (Lei Complementar nº 136). Entre outras medidas, a lei estabeleceu o MD como o principal responsável pela elaboração do orçamento de defesa, ainda que junto às Forças Singulares, e determinou um papel mais ativo da instituição para estimular a indústria nacional de defesa, inclusive como uma maneira de atender às demandas das Forças Armadas para retomar projetos estratégicos, como o submarino nuclear (BRASIL, 2010).

Além de fortalecer o papel do MD, a lei reforçou a posição do ministro civil como responsável pela direção superior das Forças Armadas dentro da estrutura hierárquica. A nova lei também definiu a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

(EMCFA), já previsto na END, como um órgão de assessoramento permanente do ministro. A ideia era aprimorar a articulação entre as Forças Singulares, bem como a relação entre o ministro e os comandos das Forças, inserindo mais um nível na cadeia de comando dentro do MD. O chefe do EMCFA deveria ser indicado pelo próprio ministro da pasta e nomeado oficialmente pelo presidente da República (BRASIL, 2010).

No âmbito internacional, duas iniciativas da gestão Jobim chamam atenção. A primeira, já comentada, foi o esforço pela criação do CDS, em 2008, como um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa, composto pelos ministros da defesa dos doze países da América do Sul. Já havia um interesse por parte da Venezuela em estabelecer uma aliança militar regional. No entanto, a consolidação do CDS acabou por seguir a proposta brasileira de que o órgão não deveria ser um arranjo regional para ações no plano operacional e nem um conselho de segurança da região. Apesar de ter ocorrido no bojo da aproximação diplomática entre os países sul-americanos no âmbito da Unasul, a criação do CDS contou com uma participação mais expressiva do MD, na figura do ministro Jobim, especialmente na articulação das diferentes intenções em relação a qual deveria ser o objetivo do conselho (ABDUL-HAK, 2013).

Vale notarmos que o CDS trazia como um de seus objetivos específicos a cooperação no âmbito da indústria de defesa entre os países da América do Sul. A iniciativa contou com o apoio de parte do empresariado brasileiro, como demonstrou a fala de Marcelo Odebrecht, mas não com uma participação efetiva do MRE, o que reforça a ideia de uma baixa articulação entre as burocracias no período (JOBIM, 2015).

Outra iniciativa importante, que se deu majoritariamente com base na atuação do MD, foi a aproximação com os EUA para a retomada de um acordo militar entre os países. Essa aproximação foi também estimulada pelo processo de compra de novos caças no âmbito do programa FX-2, já que a empresa norte-americana *Boeing* era considerada entre as opções. Mesmo que não tenha resultado em ações concretas entre os países, esse movimento foi importante por sua dimensão simbólica, já que representou maior

abertura para promover o diálogo, a cooperação e parcerias em longo prazo no campo da defesa, após trinta e três anos de contratos pontuais e específicos.⁷

Ainda que tenha partido do MD e da própria figura de Jobim, o esforço de aproximação com os EUA contou com o respaldo do presidente Lula. Entretanto, segundo Jobim (2015), essa aproximação desagradou parte do MRE, principalmente os diplomatas ligados à linha autonomista. Isso não apenas reflete o argumento de descompasso entre a defesa e a diplomacia no Brasil, mesmo em uma conjuntura marcada por uma política externa mais assertiva, mas também o argumento de que houve uma mudança institucional que fortaleceu o MD como um ator de maior relevância política tanto no âmbito doméstico, como internacional.

Desse modo, ainda que tenha sido um evento pontual, entendemos que a crise do setor aéreo foi um fator importante para a compreensão das mudanças na política da defesa durante o governo Lula. Isso porque os desdobramentos desse episódio revelaram a dificuldade da classe política em lidar com as demandas militares e inseriu o MD como pauta na lista de prioridades do governo naquele período. A indicação de um ministro como Jobim reflete essa preocupação, visto que, desde a criação do MD, ainda não havia sido indicado um nome forte em termos políticos para ocupar a pasta. A agenda de reformas no campo da defesa pode ser atribuída, em partes, à atuação mais incisiva do novo ministro, somado ao maior respaldo político do presidente Lula à reestruturação do setor, visando otimizar as relações e entendimentos entre a esfera civil e militar.

Isolada, a reorganização do MD não responderia satisfatoriamente à nossa pergunta sobre os motivos que levaram a mudanças no campo da defesa entre 2003 e 2010. No entanto, somada às outras justificativas que já analisamos, o fortalecimento político do ministério é um fator importante que nos ajuda a entender o papel mais incisivo da defesa, principalmente porque as iniciativas mais significativas neste âmbito foram tomadas no período pós-2007.

7 O Brasil e os EUA não mantinham um acordo de cooperação na área da Defesa desde 1977, quando o então presidente Ernesto Geisel denunciou o Acordo de Assistência Militar firmado por Vargas em 1952 (OLIVEIRA; FREIXO, 2012).

4 Considerações finais

Nosso objetivo, neste artigo, foi o de analisar possíveis justificativas para entender o porquê da adoção de uma política mais assertiva para a área da defesa nacional nos anos do governo Lula. Em um primeiro momento, associamos essa inflexão na política de defesa à adoção de uma política externa mais afirmativa no campo internacional, como sugerido pela visão mais tradicional das Relações Internacionais. Observamos que, apesar de ter havido maior esforço para aproximar os campos da defesa e da diplomacia, isso não resultou em uma articulação concreta entre as duas esferas, o que torna o fator da política externa insuficiente para responder à nossa pergunta. Se, por um lado, diversas iniciativas na área da defesa foram justificadas pela nova posição que o Brasil assumia no mundo; por outro, existiu uma série de atritos entre o MD e o MRE no período como, por exemplo, o acordo militar com os EUA.

Com isso, levantamos duas outras justificativas possíveis para entender tais inflexões. Uma delas foi o interesse renovado de parte do empresariado brasileiro no setor de defesa, articulado aos incentivos políticos e fiscais do governo para revitalizar a indústria nacional de defesa, especialmente após 2008. Pautada pelo binômio defesa-desenvolvimento, a ideia era ampliar os investimentos no setor de defesa para impulsionar a geração de empregos e incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico – argumentos presentes em parte considerável dos documentos oficiais.

Apesar de ser passível de críticas, a retórica atraiu o interesse de parte do empresariado brasileiro e grandes empresas nacionais passaram a atuar no setor nesse período, criando divisões especializadas em defesa e incentivando a integração entre as indústrias de defesa da região no âmbito do CDS. Desse modo, essa justificativa não exclui nem diminui a anterior. Pelo contrário, as duas se reforçam, uma vez que a atuação do Brasil no exterior, por diversas vezes, foi utilizada para explicar a retomada dos investimentos em projetos estratégicos e a revitalização da indústria nacional de defesa; ao passo que a busca por mercados e parceiros comerciais também dependiam da atuação internacional do país.

A terceira justificativa também se soma às duas analisadas anteriormente e diz respeito às mudanças institucionais ocorridas na esfera do MD. A crise da aviação civil, entre 2006 e 2007, desencadeou uma série de atritos na relação entre dirigentes políticos e os militares, demonstrando a fragilidade da condução civil construída após 1988. O episódio inseriu a reorganização do MD na pauta das prioridades do governo e levou à nomeação de Jobim, uma figura forte no meio político, para lidar com a articulação entre as demandas dos militares e a classe política. Com amplo respaldo por parte do governo, a gestão Jobim deu início a uma agenda de reformas no campo da defesa. No plano interno, foram tomadas medidas importantes como a publicação da END e a promulgação da “Lei da Nova Defesa”, que impactaram no fortalecimento político do MD e incentivaram a revitalização da indústria nacional de materiais de defesa. As iniciativas, porém, refletiram também no plano externo, por exemplo, no esforço pela criação do CDS e no melhor preparo dos militares para atuar em missões de paz.

A gestão Jobim e o fortalecimento político do MD, que derivam da crise da aviação civil, seriam um fator insuficiente para explicar as inflexões na política de defesa a partir de meados dos anos 2000, se não for compreendido junto às justificativas anteriores: a condução da política externa mais assertiva, a proposta de revitalização da indústria nacional de defesa e o conseqüente apoio do empresariado brasileiro. É nesse sentido que compreendemos que as três justificativas não são excludentes, mas complementares entre si. Mais do que explicar as inflexões na política de defesa no período analisado, as questões que aqui levantamos nos fornecem um panorama que nos permite entender como a política de defesa, sendo uma política pública, é formulada, qual seja, como um resultado da articulação entre diferentes grupos de interesses, em contextos específicos.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves T. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS):** objetivos e interesses do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

ALSINA JR., João Paulo S. **Política externa e poder militar no Brasil:** universos paralelos. Rio de Janeiro: EdFGV, 2009.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional.** Brasília: [s.n.], 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. **Decreto nº 5.484,** de 30 de junho de 2005. Aprova a Política Nacional de Defesa. Brasília: [s.n.], 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. **Portaria Normativa nº 899/MD** de 19 de Julho de 2005. Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa. Brasília: [s.n.], 2005b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pnid_politica_nacional_da_industria_de_defesa.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 136** de 25 de Agosto de 2010. Altera a Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999. Brasília: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm>. Acesso em: 29 set. 2019.

_____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. **Pró-Defesa.** Brasília: [s.n.], 2019a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/pro-defesa>>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. **Sobre o CCOPAB.** [s.l.]: [s.n.], 2019b. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>>. Acesso em: 23 set. 2019.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, v. 46, n. 2, p. 05 - 25, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Militares, democracia e desenvolvimento:** Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Nota Técnica:** Política de Desenvolvimento Produtivo Nova Política Industrial do Governo. n. 67. São Paulo: [s.n.], 2008. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notaTec67PoliticaDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2021.

FORTES, Alexandre. A política externa do governo Lula: algumas considerações. In: ALVES, Vágner C.; FREIXO, Adriano de; PEDONE, Luiz. (orgs.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 32 - 46.

FREIXO, Adriano de; RISTOFF, Taís. Desenvolvimento Nacional e Integração Regional: O BNDES como Instrumento de Política Externa no Governo Lula da Silva (2003-2010). **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, a. III, n. 2, p. 24 - 31, 2012.

GONÇALVES, Williams. Panorama da política externa brasileira no governo Lula da Silva. In: ALVES, Vágner C.; FREIXO, Adriano de; PEDONE, Luiz. (orgs.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 11 - 32.

JOBIM, Nelson Azevedo. **Nelson Jobim IV – Depoimento**. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), 2015. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/nelson-jobim-iv>>. Acesso em: 23 set. 2019.

LIMA, Maria Regina. Diplomacia, defesa e a definição política dos interesses internacionais. In: ALSINA JR, João Paulo Soares; JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio W. (eds.). **Segurança internacional: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010. p. 401 - 418.

LIMA, Raphael Camargo. **A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma grande estratégia inconclusa**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista/ Universidade Estadual de Campinas/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tensões militares no governo Lula (2003 - 2009): a pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 4, p. 283 - 306, 2010.

MORAES, João; COSTA, Wilma; OLIVEIRA, Eliézer. **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, 1987.

ODEBRECHT, Marcelo. É viável a formação de um cluster de indústrias de defesa na América do Sul? In: ALSINA JR, João; JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sérgio. (eds.). **Segurança internacional: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010. p. 371 - 376.

OKADO, Giovanni. **Política externa e política de defesa: uma epifania pendente**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Eliézer. **Democracia e defesa nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC**. Barueri: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Raquel; FREIXO, Adriano de. O envolvimento das forças armadas brasileiras na exportação dos materiais estratégicos (1951 - 1953). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 6., 6 – 9 ago. 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2012.

PERON, Alcides. **O programa FX-2 da FAB:** um estudo acerca da possibilidade de ocorrência dos eventos visados. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (orgs.). **Reflexões sobre defesa e segurança:** uma estratégia para o Brasil. Brasília: Ministério da Defesa/ Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

SAINT-PIERRE, Héctor. A “Revolução Copernicana” nos estudos da defesa. **Jornal UNESP**, São Paulo, a. XXI, n. 223, p. 2, 2007. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/25765/Ano_XXI_223_Jun_2007.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 01 mai. 2021.

_____. A defesa na política externa: dos fundamentos a uma análise do caso brasileiro. **Observatório Político Sul-Americano**, [online], n. 08, [s.p.], 2010. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=13>. Acesso em: 23 set. 2019.

SILVA, Luiz. **Discurso do Presidente Lula na posse Nelson Jobim no Ministério da Defesa.** Brasília: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/25-07-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-solenidade-de-posse-do-ministro-da-defesa-nelson-jobim/view>>. Acesso em: 23 set. 2019.

SOARES, Samuel. **Controles e autonomia:** as forças armadas e o sistema político brasileiro (1974 - 1999). São Paulo: EdUNESP, 2006.

_____. A defesa na política externa na era Lula: de uma defesa elusiva a uma liderança proclamada. In: ALVES, Vágner C.; FREIXO, Adriano; PEDONE, Luiz. (orgs.). **A política externa brasileira na era Lula:** um balanço. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 71 - 88.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 03 - 29, 2010.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potencia:** entre la integración regional y un nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2012.